



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Aprovado na reunião
de 4. Maio. 2021,
Votos a favor PSD,
BE, CDS-PP
Abstenção PS
Ausência do
PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CDN
N.º Único: 675452
Entrada/Saída N.º 65
Data: 30/04/2021

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão de Defesa Nacional
Deputado Marcos Perestrello

S. Bento, 30 de abril de 2021

Assunto: Audição do Ministro da Defesa Nacional relativamente às condições estatutárias e laborais da Polícia Marítima

A Polícia Marítima (PM) é uma força policial de segurança, armada e uniformizada, dotada de competências especializadas nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM e à AMN. É sua missão assegurar a legalidade democrática e garantir a segurança interna e dos direitos dos cidadãos, nos portos e zonas portuárias, no domínio público marítimo e nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa, nos termos da Constituição da República, de acordo com a legislação nacional, comunitária e com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Estado português.

Enquanto Força de Segurança, a PM debate-se com problemas estruturais graves, não conseguindo acompanhar a evolução e modernização das outras forças de segurança a nível nacional. Os profissionais da PM sentem-se discriminados face a esses problemas que tardam a ser solucionados. Na evocação do centenário da PM que ocorreu há quase dois anos, o Ministro da Defesa Nacional referiu que tinha “umas ideias para a PM”. No entanto, passado todo este tempo essas ideias tardam em ser concretizadas.,

Entre os vários problemas que envolvem a PM, salienta-se a falta de uma Lei Orgânica - uma lei parlamentar que explique a natureza da PM, quais as suas atribuições, competências, poderes e limites. A PM também se debate com a necessidade da existência de um Estatuto de Pessoal efetivo e de um Quadro de Pessoal adequado às realidades e exigências desta força de segurança e do país. A eficácia da missão da PM encontra-se comprometida pela falta de pessoal dos seus quadros.

Conforme o mapa de pessoal da PM, prevê-se que esta tenha, no final do ano, um total de 506 profissionais ao serviço a nível nacional, incluindo nos arquipélagos da Madeira e Açores, com uma média de idade de 44,5 anos. Deste efetivo, 10% encontram-se na situação de pré-aposentação na efetividade de serviço, 17% prestando serviço no Comando Geral da PM e na Escola da Autoridade Marítima, 3% colocados em organizações exteriores e 17% executando serviço administrativo nos Comandos-locais da PM. Os restantes 53%, cerca de 267 elementos, destinam-se aos 28 Comandos Locais da PM e para os períodos de descanso, férias ou doença, restando apenas cerca de 1/3 para a fiscalização de todo o DPM. Ou seja, menos de 90 elementos por dia em todo o território continental e regiões autónomas.

Muitos outros problemas afetam a PM no momento presente, nomeadamente a espera por um Sistema Retributivo Próprio prometido desde 1995, as promoções que tardam a materializar-se, o não cumprimento por parte da tutela do subsídio de fardamento entre março de 1996 e outubro de 2005, a não atualização do subsídio de fardamento, e a falta do pagamento do subsídio de risco devido à crise pandémica de COVID-19.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Ministro da Defesa Nacional, com vista à prestação de todos os esclarecimentos sobre o assunto em causa.

Os Deputados,

João Vasconcelos

Fabian Figueiredo